

Quatro anos marcados por indefinições

BRASILIA — O Congresso que dá lugar hoje a outro com 63% de renovação provavelmente trabalhou mais do que todos os seus antecessores — só as horas registradas no período da Constituinte equivalem a um ano e 11 meses, com carga diária de quatro horas ininterruptas — mas acabou se enredando nas suas próprias indefinições. Como o que assume, ele era parlamentarista, defendia quatro anos de mandato para o então Presidente José Sarney e durante anos prometeu acabar com os desmandos do Executivo centralista. E esta promessa tinha um alvo: acabar com os decretos-leis, através dos quais o presidente Sarney governava o País. Acabou mesmo. No seu lugar foram instaladas as medidas provisórias. O Palácio do Planalto, do Governo Sarney ao Governo Fernando Collor, já entupiu o Legislativo com 293 MPs.

Passados os quatro anos, o regime é presidencialista; como diz o Deputado Ulysses Guimarães, o Presidente da República legisla mais do que qualquer um; o ex-Presidente José Sarney volta com outro mandato de oito anos no Senado e os trabalhos parlamentares se esvaziaram.

— Hoje, se você não é líder não é nada. Até nas medidas provisórias, a única coisa que tramita pelo Congresso, as decisões ficam restritas às

lideranças. Decisões que o Planalto veta — observa Ulysses.

— O Congresso eleito em 1986, identificado como conservador, até que deu alguns passos na linha progressista, principalmente na elaboração dos capítulos da legislação trabalhista e da previdência privada, como a redução da jornada de trabalho; remuneração de um terço nas férias proporcionais; fixou na Constituição 50% nas horas extras; estendeu os benefícios da Previdência; avançou nos direitos individuais e coletivos; elaborou um capítulo específico sobre meio ambiente; criou a licença paternidade (oito dias) e aumentou a licença da gestante para 120 dias. Mas empacou na reforma agrária; lavou as mãos no sistema de Governo; e inovou em matéria financeira, criando um patamar para os juros — 12% —, motivo de muitos processos na área bancária.

Nos últimos cinco anos, passaram pelas comissões e plenários cinco projetos de salvação nacional. O primeiro — Plano Cruzado — surgiu quando o Presidente Sarney amargava sugestões para a renúncia. O Parlamento que hoje se despede conviveu ainda com mais três planos de nomes variados: Cruzado II, Plano Verão, Plano Bresser.